

# Relatório de Actividades e Contas do Exercício

Parecer do Concelho Fiscal

## 2021

Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal





“O risco é ser golpeado por um vírus ainda pior, o do egoísmo e o da indiferença”

(Papa Francisco)

A Irmandade da Santa Casa agradece reconhecidamente o esforço desumano de todos os colaboradores que cuidaram dos nossos velhotes durante o surto de COVID 19. Bem hajam.

Alcácer do Sal 21 de Março de 2022

Irmãos,

Os meses de Janeiro e Fevereiro de 2021 irão ficar na história desta Santa Casa como um período negro em termos Humanos por causa do vírus COVID 19.

O surto também obrigou a Instituição a medidas de gestão e prevenção antivíricas de tal forma dispendiosas financeiramente que aumentou o défice na resposta social ERPI no valor de 305.000 Euros, comparativamente ao ano de 2019, ou seja antes da pandemia.

# Relatório de Atividades de 2021

204

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

## Respostas Sociais

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS), desenvolve duas respostas sociais, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). A resposta Social ERPI desenvolve-se em três estruturas residenciais.

### Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

Todas as residências têm acordo de cooperação com a Segurança Social distribuídos da seguinte forma:

Residência	Capacidade	Nº Acordos
José Godinho Jacob	42*	15
Emília Matos	21	21
Rainha Dona Isabel	60	60

\* Edifício em remodelação sendo a capacidade de 15.

No início do ano de 2021 tivemos de enfrentar um surto de COVID-19. No dia 04 de janeiro verificou-se que alguns colaboradores estavam positivos, imediatamente foram testados todos os restantes colaboradores e todos os residentes.

Durante o surto ficaram positivos 41 colaboradores e 53 residentes dos quais há a lamentar 19 mortes. No dia 13 de fevereiro foi declarado o fim do surto.

No ano de 2021 registaram-se 43 falecimentos. Registou-se no ano de 2021 um total de 33 novos residentes, sendo 24 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Este número de admissões foi muito atípico.

No último trimestre de 2021 de forma a dar cumprimento à Portaria nº 67/2012 de 21 de Março e paralelamente criar a ferramenta efetiva de trabalho, reorganizou-se o processo individual de cada residente. Foram reelaborados os planos individuais bem

como dos planos individuais de cuidados, indo ao encontro das necessidades específicas de cada residente.

### Terapia Ocupacional

A intervenção no âmbito da terapia ocupacional desenvolveu-se em contexto individual e contexto de grupo. A intervenção em grupo, realizou-se através de atividades semanais fixas, nomeadamente sessões de movimento, estimulação cognitiva, culinária terapêutica, sessões de reminiscência, musicoterapia, horta terapêutica e atividades alusivas às épocas festivas. Para além destas, tendo em conta o longo período de isolamento que os nossos idosos têm vindo a cumprir, privilegiou-se as saídas ao exterior, através do projeto “regresso às origens” que contemplou oito visitas às aldeias onde os residentes viviam e também passeios pela cidade de Alcácer. Foi implementado um projeto de estimulação sensorial e sessões de relaxamento adaptado a idosos.

A intervenção individual desenvolveu-se sempre que existiu algum comprometimento físico ou cognitivo que limitasse a participação do residente nas ocupações do seu dia-a-dia. Após o surto de COVID-19, na Instituição, o foco da intervenção foi direcionado para as perdas de competências físicas e cognitivas dos residentes causadas pelo vírus ou pelo prolongado tempo de isolamento. O treino de Atividades de Vida Diária (AVD's), nomeadamente o banho, vestir/despirm, cuidados pessoais e alimentação, paralelamente o acompanhamento na prestação dos cuidados foi realizado com o objetivo de passar e reforçar estratégias às cuidadoras para que estas, junto de cada residente, conseguissem estimular e manter o grau de autonomia de cada um. Ao nível das transferências e posicionamentos foi realizado um maior acompanhamento em situações onde existiu um agravamento do quadro clínico ou existência de úlceras.

### Animação Sociocultural

Durante o ano de 2021, a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal desenvolveu um conjunto de atividades que tiveram como objetivos principais estimular as capacidades cognitivas e mentais, a memória e motricidade.

As atividades de animação sociocultural durante o ano de 2021, decorreram entre março e dezembro, ficando os dois primeiros meses do ano sem atividades devido ao surto que a Instituição atravessou no início do ano. Estas foram readaptadas devido às restrições impostas pela situação pandémica (COVID-19). Foram realizadas:

Atividades Socioculturais e de Lazer – Proporcionaram a interação, divertimento, alegria e dinamismo, entre residentes e colaboradores, estreitaram a distância que o COVID-19 colocou entre os residentes e os familiares, através da comemoração de efemérides, aniversários dos residentes, festas, passeios, sessões de cinema e videochamadas.

Atividades físicas e motoras- Tentando combater o sedentarismo e aumentando o autodomínio, enquanto ocupavam os tempos livres e desenvolviam as capacidades físicas e intelectuais através de tarefas simples de movimentação articular e muscular possibilitando-lhe uma maior qualidade de vida.

Atelier de Arte Terapia- Os residentes exprimiram-se através das artes plásticas, de trabalhos manuais e de várias formas de expressão. Exploraram e desenvolveram a

criatividade e imaginação, desenvolveram capacidades cognitivas, estimularam a motricidade fina e a coordenação psicomotora, relembrando hábitos, costumes e vivências.

Atelier de Culinária- A partilha de saberes e experiências relativamente à culinária, desenvolveu o espírito crítico, reflexivo e participativo, promoveu momentos de bem-estar, de partilha de opiniões e de sentimentos. No atelier de culinária foram confeccionados bolos, sumos e 3 vezes por semana os residentes ajudavam na preparação de frutas e legumes para a confeção das refeições.

Atividades de Estimulação Cognitiva- A estimulação cognitiva aumenta a atividade cerebral, retarda os efeitos da perda de memória e previne o surgimento de doenças degenerativas. Esta estimulação foi realizada através da resolução de operações aritméticas simples, jogo das diferenças, jogo de memória, sudoku, sopa de letras, puzzles, damas, bingo, dominó, provérbios e adivinhas dinâmicas de grupo, dinâmicas psicomotoras, atividades de Reminiscência e leitura e escuta de Histórias.

### Gabinete Médico

O gabinete médico assegurou todas as intervenções de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde, tanto básicos como especializados. O facto de a equipa ter sido alargada com a contratação de 2 enfermeiros, no final do ano de 2020, permitiu que em 2021 a dinâmica do gabinete médico fosse assegurada por uma equipa de 3 enfermeiros que garantiram todo o serviço do gabinete. Tal foi possível até ao mês de setembro, sendo que em outubro os 2 enfermeiros contratados saíram do serviço, passando o gabinete a adotar a anterior metodologia de trabalho, através do apoio de 3 auxiliares de enfermagem e 1 enfermeiro.

O início do ano não foi fácil, pois o surto pandémico que atravessamos em janeiro obrigou à alteração das dinâmicas do gabinete médico, nomeadamente a necessidade de permanência da equipa de enfermagem 24h/dia na ERPI, para constante avaliação dos idosos, quer infetados pela COVID-19, quer dos suspeitos. Este acontecimento, para além do impacto visível através dos números apresentados, levou a um agravamento de algumas situações de demência e depressão, devido ao isolamento, e também ao aumento do risco de úlcera por pressão, pois os residentes passaram a maior parte do tempo deitados ou sentados, existindo poucos períodos de marcha, levando até ao surgimento de algumas novas úlceras por pressão ou agravamento de outras já existentes.

O final de fevereiro/ início do mês de março ficou marcado pelo retomar das atividades, nomeadamente consultas, tanto internas com o nosso clínico, como externas, e ao longo dos meses conseguimos ter sucesso na cicatrização de feridas. A pandemia acompanhou-nos até ao final do ano, mas a aposta na testagem quer dos residentes, quer dos funcionários permitiu que não voltássemos ao quadro vivido em janeiro.

### Serviço de Apoio Domiciliário

No que concerne ao SAD o acordo cooperação vigora desde 30 de dezembro de 2004 e abrange quarenta utentes em acordo. No ano de 2021 foram admitidos 13 novos utentes, sendo 10 do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

Ao nível das saídas houve um total de 14, destas seis integraram a ERPI da SCMAS, três integraram outras ERPI's, quatro integraram a rede nacional de cuidados continuados Integrados (RNCCI) e por uma saída por motivos familiares.

Foi efetuado um acompanhamento próximo á equipa, prestando um apoio individualizado de forma a irmos ao encontro das necessidades de cada utente.

Tem se verificado nos últimos anos uma menor solicitação deste tipo de serviços tendo se refletido num menor número médio mensal de utentes neste período.

### **Outras Atividades**

#### Farmácia

Foi dada a continuidade ao trabalho que permitiu mais uma vez aumentar o seu resultado financeiro.

#### Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes e desramações na Herdade de Casas Novas, Arapouco e Cachopos.

Foi extraída cortiça nas Herdades de Casas Novas e Arapouco, verificou-se uma diminuição significativa da quantidade extraída uma vez que secaram muitos sobreiros nos últimos anos.

Foram enxertados cerca de 1500 pinheiros na Herdade de Cachopos

#### Prédios Urbanos e Praça de Touros

Iniciou-se estudos e projecto de arquitectura das antigas instalações do Centro de acolhimento, oficina da juventude e intervenção precoce com o objectivo de criar 9 apartamentos de habitação.

Foi efectuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de touros foram efectuadas manutenções pontuais inadiáveis, exigidas pelo IGAC.

## Remodelação/ Adaptação da Residência José Godinho Jacob.

Inicialmente estava prevista a conclusão da obra para o dia 30 de Abril de 2021. A necessidade de fazer alterações estruturais e melhorias ao projecto, a carência de mão de obra, o atraso na entrega de materiais e a pandemia de COVID-19, adiou a conclusão da obra sucessivamente - 30 de Junho de 2021; 30 de Setembro de 2021; 30 de Novembro de 2021; 15 de Janeiro de 2022; 2 de Fevereiro de 2022 e 6 de Abril de 2022

### Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2021.

### Perspetivas futuras

Os próximos anos serão difíceis no que diz respeito à contratação e formação dos colaboradores. Os trabalhadores deste sector, nomeadamente nos cuidados, deverão estar vocacionados, recetivos e remunerados face às exigências quer físicas quer psicológicas que estas profissões exigem num serviço humanizado e de qualidade.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado negativo de 42.410,52 Euros seja transferido para **Resultados Transitados**.

Alcácer do Sal, 21 de março de 2021

#### A MESA ADMINISTRATIVA

Fernando Molha dos Reis

João Domingos Mirra Lopes

Valdemar das Dores Parreira

Rita Bebiana Cabral Rito

Gonçalo Pereira Lynce de Faria

Handwritten signatures of the administrative table members, including Fernando Molha dos Reis, João Domingos Mirra Lopes, Valdemar das Dores Parreira, Rita Bebiana Cabral Rito, and Gonçalo Pereira Lynce de Faria.



## BALANÇO INDIVIDUAL

dez-21

274

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	13 373 043,51	11 996 248,65
Ativos biológicos	7	505 913,40	505 913,40
Outros investimentos financeiros	19	25 787,14	32 273,69
		<b>13 904 744,05</b>	<b>12 534 435,74</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	8	224 183,22	207 970,41
Créditos a receber	9	99 269,19	102 459,81
Estado e outros entes públicos	10	155 451,57	61 707,17
Outros activos correntes	11	363 086,45	988 703,25
Diferimentos	12	7 227,94	6 522,63
Caixa e depósitos bancários	13	992 942,63	1 358 481,46
		<b>1 842 161,00</b>	<b>2 725 844,73</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>15 746 905,05</b>	<b>15 260 280,47</b>


BALANÇO INDIVIDUAL  
dez-21

2/4

Montantes expressos em Euro

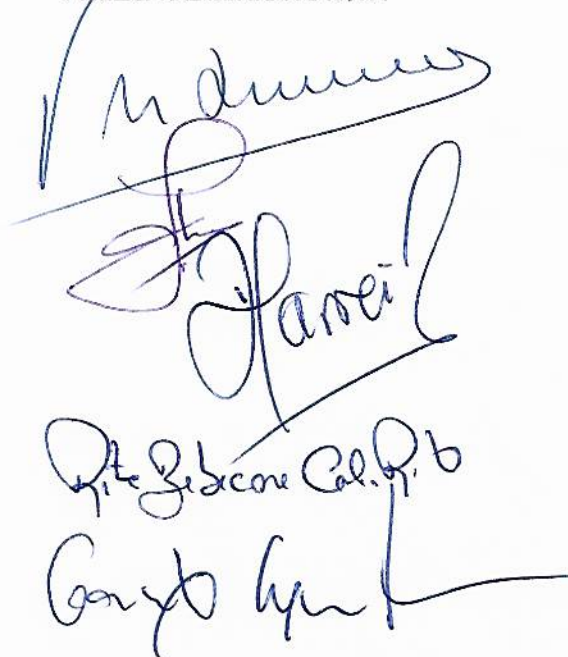
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Fundos	20	6 034 992,02	6 034 992,02
Outras reservas	20	5 641 931,39	5 641 931,39
Resultados transitados	20	227 177,90	244 571,58
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	1 804 887,31	621 641,77
		13 708 988,62	12 543 136,76
Resultado líquido do período	20	(42 410,52)	(17 393,68)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>13 666 578,10</b>	<b>12 525 743,08</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	16	833 333,44	972 222,32
		833 333,44	972 222,32
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	93 389,08	112 203,99
Estado e outros entes públicos	10	88 421,39	100 282,99
Financiamentos obtidos	16	138 888,88	138 888,88
Outros passivos correntes	18	648 512,54	535 384,12
Diferimentos	12	277 781,62	875 555,09
		1 246 993,51	1 762 315,07
<b>Total do passivo</b>		<b>2 080 326,95</b>	<b>2 734 537,39</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>15 746 905,05</b>	<b>15 260 280,47</b>

Página 2 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dez-21

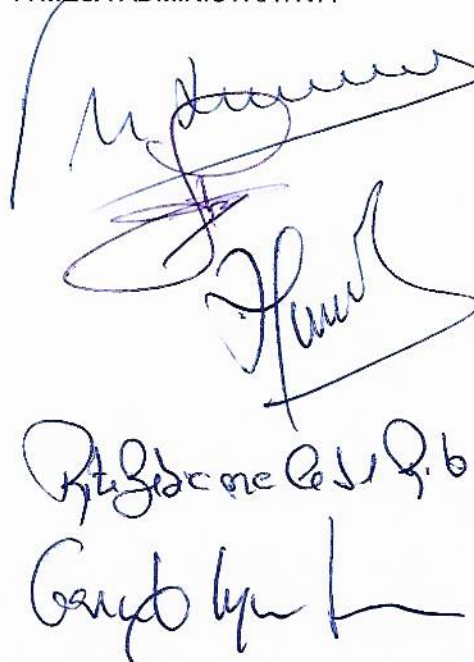
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	22	2 801 707,39	2 759 303,50
Subsídios, doações e legados à exploração	23	762 671,07	693 073,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1 453 720,80)	(1 324 081,59)
Fornecimentos e serviços externos	24	(458 646,41)	(506 452,24)
Gastos com o pessoal	25	(1 759 418,57)	(1 713 460,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(40 098,45)	(41 852,96)
Outros rendimentos	26	391 533,65	437 478,66
Outros gastos	27	(63 328,40)	(104 773,36)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>180 699,48</b>	<b>199 235,07</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(223 042,26)	(215 192,15)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(42 342,78)</b>	<b>(15 957,08)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	590,23	785,51
Juros e gastos similares suportados	29	(657,97)	(2 222,11)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(42 410,52)</b>	<b>(17 393,68)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(42 410,52)</b>	<b>(17 393,68)</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

para o período findo em 31 de Dezembro de 2021

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	9	2 804 898,01	2 774 299,53
Pagamentos a fornecedores	17	-1 947 394,93	-1 860 414,02
Pagamentos ao pessoal	25	-1 759 418,57	-1 713 460,65
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-901 915,49</b>	<b>-799 575,14</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos	11 / 18	1 043 447,13	960 925,48
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>141 531,64</b>	<b>161 350,34</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	-1 599 837,12	-639 508,37
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	19	-4 363,45	-3 876,19
Outros activos		0,00	0,00
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	0,00	35 669,20
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	19	10 850,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	15	1 225 518,82	152 510,20
Juros e rendimentos similares	28	287,26	387,53
Dividendos		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>-367 544,49</b>	<b>-454 817,53</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Financiamentos obtidos	16	-138 888,88	-138 888,88
Juros e gastos similares	29	-637,10	-2 182,67
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>-139 525,98</b>	<b>-141 071,55</b>
<b>Varições de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )</b>			
		<b>-365 538,83</b>	<b>-434 538,84</b>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 / 13	1 358 481,46	1 793 020,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 / 13	992 942,63	1 358 481,46
Varições de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		<b>-365 538,83</b>	<b>-434 538,84</b>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e vinte e um, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta:-----

**=PARECER=**

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e vinte e um.-----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe.-----

Alcácer do Sal, 4 de Abril de 2022

O Conselho Fiscal

Francisco Ricardo de Almeida

Manuel Eduardo Carreira Etelvino

António Dias Lince

*Francisco Ricardo Almeida*  
*Manuel Eduardo Carreira Etelvino*  
*António Dias Lince*

# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2021

## 1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a Economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Referencial contabilístico

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;

- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2020.

### **3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

##### **3.1.1 - Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

##### **3.1.2 - Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



### 3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

### 3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

### 3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

### **3.1.7 - Inventários**

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

### **3.1.8 - Estado e outros entes públicos**

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

### **3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **3.1.10 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

#### **3.1.12 - Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

#### **3.1.13 - Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

#### **3.1.14 - Juros, royalties e dividendos**

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

#### **3.1.15 - Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

## 4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2021	2020
Caixa	8.317,73	6.812,83
Depósitos à ordem	234.624,90	601.668,63
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
<b>TOTAL</b>	<b>992.942,63</b>	<b>1.358.481,46</b>

## 5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais		Edifícios e outras construções		Equipamento básico		Equipamento de transporte		Equipamento administrativo		Outros ativos fixos tangíveis		Ativos Fixos tangíveis em curso		TOTAL
	Valor bruto escriturado														
<b>Início do período</b>	5.677.646,49	8.216.278,79	1.650.884,75	178.085,90	234.131,20	102.680,97	221.744,16	16.281.452,26							
Depreciação acumulada + perdas por imparidade	(2.766.432,23)	(1.465.600,50)	(152.323,49)	(223.767,62)	(102.045,58)		(4.710.169,42)								
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.449.846,56	185.284,25	25.762,41	10.363,58	635,39	221.744,16	11.571.282,84							
<b>Período</b>															
Aquisições			11.496,38	54.548,54	4.204,27		569.259,18	639.508,37							
Alienações															
Depreciações do período		(149.236,64)	(48.074,48)	(12.799,49)	(3.940,90)	(508,38)		(214.559,89)							
Outras alterações															
<b>Fim do período</b>															
Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	791.003,34	16.757.078,43							
Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.915.651,54)	(1.400.490,74)	(114.424,99)	(227.750,92)	(102.511,59)		(4.760.829,78)							
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.300.627,25	148.706,15	67.511,46	10.584,58	169,38	791.003,34	11.996.248,65							

2020

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
<b>Início do período</b>	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	791.003,34	16.757.078,43
		(2.915.651,54)	(1.400.490,74)	(114.424,99)	(227.750,92)	(102.511,59)		(4.760.829,78)
	5.677.646,49	5.300.627,25	148.706,15	67.511,46	10.584,58	169,38	791.003,34	11.996.248,65
<b>Período</b>							1.599.837,12	1.599.837,12
		(149.219,31)	(46.731,00)	(22.800,06)	(4.164,82)	(127,07)		(223.042,26)
<b>Outras alterações</b>								
<b>Valor bruto escriturado</b>	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.390.840,46	18.356.915,55
<b>Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)</b>		(3.064.870,85)	(1.447.221,74)	(137.225,05)	(231.915,74)	(102.638,66)		(4.983.872,04)
<b>Quantia líquida escriturada</b>	5.677.646,49	5.151.407,94	101.975,15	44.711,40	6.419,76	42,31	2.390.840,46	13.373.043,51

2021



## 6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00

## 7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2021	2020
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
<b>TOTAL</b>	<b>505.913,40</b>	<b>505.913,40</b>

## 8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2021				2020			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	169.126,19	1.067.715,69	-1.127,33	166.148,95	157.981,25	1.021.380,95	-784,68	169.126,19
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38.844,22	403.345,25		58.034,27	20.869,85	332.604,63		38.844,22
<b>Subtotal</b>	<b>207.970,41</b>	<b>1.471.060,94</b>	<b>-1.127,33</b>	<b>224.183,22</b>	<b>178.851,10</b>	<b>1.353.985,58</b>	<b>-784,68</b>	<b>207.970,41</b>
<b>Total</b>	<b>207.970,41</b>	<b>1.471.060,94</b>	<b>-1.127,33</b>	<b>224.183,22</b>	<b>178.851,10</b>	<b>1.353.985,58</b>	<b>-784,68</b>	<b>207.970,41</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.453.720,80				1.324.081,59

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel e Valência Apoio Domiciliário.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.453.720,80 €.

## 9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	86.410,00		86.410,00	77.574,30		77.574,30
Utentes conta Corrente	12.859,19		12.859,19	24.885,51		24.885,51
Clientes e utentes cobrança duvidosa	98.836,51	(98.836,51)	0,00	66.093,34	(66.093,34)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>198.105,70</b>	<b>(98.836,51)</b>	<b>99.269,19</b>	<b>168.553,15</b>	<b>(66.093,34)</b>	<b>102.459,81</b>

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

## 10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2021	31-12-2020
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	155.451,57	61.707,17
<b>Passivo</b>		
Retenção de imposto sobre o rendimento	7.225,95	8.783,43
Imposto sobre o valor acrescentado	46.873,60	46.837,79
Contribuições para a Segurança Social	34.321,84	44.661,77
<b>TOTAL</b>	<b>88.421,39</b>	<b>100.282,99</b>

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

## 11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	72.627,32		72.627,32	62.115,59		62.115,59
Outros devedores	297.814,41	(7.355,28)	290.459,13	925.876,60		925.876,60
Pessoal				711,06		711,06
Fornecedores c/c						
<b>TOTAL</b>	<b>370.441,73</b>	<b>(7.355,28)</b>	<b>363.086,45</b>	<b>988.703,25</b>	<b>-</b>	<b>988.703,25</b>

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente às participações a receber no exercício seguinte, de entidades da farmácia e outras receitas.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla 228.545,17 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo, 41.250,00 € do Fundo Rainha D. Leonor e 22.948,55 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos e outros devedores a receber no exercício seguinte.

## 12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2021	31-12-2020
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	7.227,94	6.522,63
<b>TOTAL</b>	<b>7.227,94</b>	<b>6.522,63</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer	277.781,62	875.555,09
<b>TOTAL</b>	<b>277.781,62</b>	<b>875.555,09</b>

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito ao valor de 228.545,17 € a compartilhar pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, 41.250,00 € do Fundo Rainha D. Leonor na reconstrução e remodelação do Lar José Godinho Jacob e 7.986,45 € de rendas e quotizações.

### 13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	8.317,73	6.812,83
Depósitos à ordem	234.624,90	601.668,63
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>992.942,63</b>	<b>1.358.481,46</b>

### 14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2021				31-12-2020		
	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Reversões	Total	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	66.093,34	52.901,01	20.157,84	98.836,51	24.240,38	41.852,96	66.093,34
Outros devedores		7.355,28		7.355,28			
<b>Total</b>	<b>66.093,34</b>	<b>60.256,29</b>	<b>20.157,84</b>	<b>106.191,79</b>	<b>24.240,38</b>	<b>41.852,96</b>	<b>66.093,34</b>

### 15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2021
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	174.800,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	69.963,97
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	38.980,26
Lar José Godinho Jacob	1.378.029,02			1.378.029,02
	<b>1.971.176,51</b>			<b>1.661.773,25</b>

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

#### 16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2021		31-12-2020	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	138.888,88	833.333,44	138.888,88	972.222,32
<b>TOTAL</b>	<b>138.888,88</b>	<b>833.333,44</b>	<b>138.888,88</b>	<b>972.222,32</b>

Os financiamentos correntes e não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca) sobre o próprio imóvel (Rainha Santa Isabel), no montante de 2.500.000€.

#### 17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c		
Gerais	93.389,08	112.203,99
<b>TOTAL</b>	<b>93.389,08</b>	<b>112.203,99</b>

## 18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2021	31-12-2020
Pessoal	24,87	665,38
Fornecedores de investimentos	175.178,81	70.267,38
Credores por acréscimos de gastos	219.814,75	194.284,35
Outros credores	253.494,11	270.167,01
Clientes / Utentes		
<b>TOTAL</b>	<b>648.512,54</b>	<b>535.384,12</b>

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e outros gastos a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes, crédito da Santa Casa da Misericórdia de Grândola e Associação Alcacerense de Socorros Mútuos.

## 19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	4.319,44	5.169,44
Outros investimentos financeiros	21.467,70	27.104,25
<b>TOTAL</b>	<b>25.787,14</b>	<b>32.273,69</b>

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a participações de capital, obrigações, as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, e Fundos de compensação.

## 20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.641.931,39	0	0	5.641.931,39
Resultados transitados	244.571,58	(17.393,68)	0	227.177,90
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	621.641,77	1.225.518,82	42.273,28	1.804.887,31
Resultado Líquido do Período	(17.393,68)	(42.410,52)	(17.393,68)	(42.410,52)
<b>TOTAL</b>	<b>12.525.743,08</b>	<b>1.165.714,62</b>	<b>24.879,60</b>	<b>13.666.578,10</b>

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com subsídios de 151.250,00 € do Fundo Rainha D. Leonor, 1.074.268,82 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo e transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

## 21 - Provisões

No exercício de 2021, não existem provisões reconhecidas.



## 22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2021	31-12-2020
<b>Vendas</b>		
- Mercadorias	1.504.190,20	1.428.068,21
- Activos Biológicos	390.041,40	446.096,08
	<b>1.894.231,60</b>	<b>1.874.164,29</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
- Quotizações	890.375,72	871.529,47
- Serviços farmacêuticos	3.230,07	3.739,74
- Cedência de exploração	13.870,00	9.870,00
	<b>907.475,79</b>	<b>885.139,21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.801.707,39</b>	<b>2.759.303,50</b>

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como cortiça, pinha, pinheiros e sobreiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 10.870,00
- Exploração de Praça de Touros 3.000,00

### 23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2021	31-12-2020
<b>Do Estado e outros entes públicos</b>		
- Centro Regional Segurança Social	679.621,66	673.939,10
- Centro Nacional de Pensões	1.650,00	
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal	15.000,00	4.072,00
	<b>696.271,66</b>	<b>678.011,10</b>
<b>De outras entidades</b>		
- IFAP	26.611,92	3.682,58
- IEFP	26.191,70	3.850,54
- Instituto Segurança Social	13.595,79	7.529,49
	<b>66.399,41</b>	<b>15.062,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>762.671,07</b>	<b>693.073,71</b>

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

## 24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2021	31-12-2020
Subcontratos	11.251,00	100.479,95
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	53.559,27	80.068,17
Publicidade e propaganda	1.261,98	
Vigilância e segurança	705,84	705,84
Honorários	33.519,96	31.931,00
Comissões	453,44	436,12
Conservação e reparação	65.927,29	61.780,42
Serviços bancários	2.465,29	770,45
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.201,57	15.266,89
Material de escritório	5.104,58	9.296,39
Outros	13.078,73	17.013,05
Energia e fluidos		
Electricidade	46.141,24	45.843,02
Combustíveis	9.782,20	7.043,57
Água	20.253,41	26.739,76
Outros	40.930,81	36.797,35
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.175,48	6.954,84
Transportes de mercadorias	70,12	73,20
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9.404,05	5.373,70
Comunicação	13.562,16	13.016,44
Seguros	10.737,58	8.549,33
Contencioso e notariado	482,91	1.174,37
Despesas de representação	860,10	126,60
Limpeza, higiene e conforto	916,78	1.919,40
Outros serviços	96.800,62	35.092,38
<b>TOTAL</b>	<b>458.646,41</b>	<b>506.452,24</b>

## 25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações do pessoal	1.413.257,24	1.392.913,11
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	354,09	339,93
Indemnizações	20.508,83	
Encargos sobre remunerações	286.846,57	281.491,50
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14.874,65	12.483,38
Gastos de ação social	5.565,00	6.075,46
Outros gastos com pessoal	18.012,19	20.157,27
Dos quais:		
Gastos com formação	1.093,98	8.990,00
Gastos com fardamento	3.147,57	148,42
Outros gastos	13.770,64	11.018,85
<b>TOTAL</b>	<b>1.759.418,57</b>	<b>1.713.460,65</b>

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 foram as seguintes:

2021 = 121 funcionários

2020 = 122 funcionários

## 26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos suplementares Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	43.756,63	63.846,39
Cedência de energia	1.455,21	
Cedência de água e outros	655,26	
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.329,84	1.382,39
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros Alienações		35.669,20
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	285.557,19	271.647,01
Outros	58.779,52	64.933,67
<b>TOTAL</b>	<b>391.533,65</b>	<b>437.478,66</b>

Alienações:

Alienação de duas viaturas e outros equipamentos

Descrição da rubrica "Outros":

- Imputação de subsídios ao investimento	42.273,28 €
- Correções do exercício	182,64 €
- Donativos	993,60 €
- Outros	15.330,00 €
	<u>58.779,52 €</u>

## 27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>
Impostos	3.671,36	3.671,36
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	3.367,28
Donativos	950,00	800,00
Quotizações	12.965,93	13.006,78
Perdas em instrumentos financeiros	850,00	306,00
Outros não especificados	44.891,11	83.621,94
Subtotal	59.657,04	101.102,00
<b>TOTAL</b>	<b>63.328,40</b>	<b>104.773,36</b>

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

## 28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	302,97	397,98
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	287,26	387,53
<b>TOTAL</b>	<b>590,23</b>	<b>785,51</b>

## 29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2021	31-12-2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	637,10	2.182,67
Outros	20,87	39,44
<b>TOTAL</b>	<b>657,97</b>	<b>2.222,11</b>

## 30 - Acontecimentos após data de Balanço

Tendo em conta os impactos da pandemia no exercício de 2021, as perspetivas futuras de curto e médio-longo prazo refletidas para o ano de 2022 não foram alteradas, motivo pelo qual não consideramos esta matéria como um evento subsequente não ajustável do período. Nesta conformidade, o princípio da continuidade das operações mantém-se aplicável na elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, à data de emissão deste relatório não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

## 31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Alcácer do Sal, 21 de Março de 2022

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



26

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 15.746.905 euros e um total de fundos patrimoniais de 13.666.578 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 42.411 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:





- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o



- risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
  - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
  - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**


Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é

coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 04 de abril de 2022

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,  
Registado na CMVM sob o n.º 20160877